



FACULDADES DOCTUM DA SERRA

GISELE AGAPITO DA SILVA

MARIA DO CARMO MENDES

**EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS:
A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO UM ESPAÇO FUNDAMENTAL NO COMBATE A
DISCRIMINAÇÃO RACIAL**

**SERRA
2018**

FACULDADES DOCTUM DA SERRA

GISELE AGAPITO DA SILVA

MARIA DO CARMO MENDES

**EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS:
A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO UM ESPAÇO FUNDAMENTAL NO COMBATE A
DISCRIMINAÇÃO RACIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
submetido a Faculdades Doctum de
Pedagogia da Serra como requisito parcial
para obtenção do título de Licenciatura
Plena em Pedagogia.

SERRA
2018

Artigo Científico apresentado à Faculdades Doctum da Serra como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.

GISELE AGAPITO DA SILVA

MARIA DO CARMO MENDES

Aprovada em / / pela banca composta pelos professores:

Prof.^a Mestre Maria das Dores Santos Silva
ORIENTADORA

Prof.^a Dr.^a Vasti Gonçalves de Paula
EXAMINADORA

Prof.^a Esp. Rosane Benevides Calheiros
EXAMINADORA

“Ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação”.

(PAULO FREIRE)

SERRA
2018

EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO UM ESPAÇO FUNDAMENTAL NO COMBATE A DISCRIMINAÇÃO RACIAL¹

MENDES, Maria do Carmo;
SILVA, Gisele Agapito da²

RESUMO

A cultura racista presente na sociedade de forma velada causa perdas irreversíveis à população negra, tanto no que tange a questão subjetiva quanto a material, uma vez que as oportunidades não se assemelham quando confrontados com os não negros. O objetivo desse trabalho é fazer uma investigação em um CMEI do município de Serra-ES, em como se dá a desconstrução do racismo na educação infantil quando esse se apresenta no ambiente, justificada pela necessidade de incitar desde a infância o respeito às diversidades presentes nos vários núcleos a qual ela está inserida. A abordagem utilizada é qualitativa e quantitativa de cunho descritivo e exploratório, através de questionários, e um trabalho de observação direcionado ao próprio objeto dessa pesquisa, além de uma entrevista com a direção da instituição em estudo. Foi averiguado ao final da pesquisa que trabalhar a questão do racismo por meio de ações pedagógicas torna o ambiente mais leve e sociável, e que a instituição em estudo leva em consideração esses valores, bem como o corpo docente que, conhece a legislação e práticas pedagógicas destinadas ao combate à discriminação racial, desde o processo de formação inicial, e se estende as formações continuadas e pesquisas na internet.

Palavras-Chave: Racismo, Escola, Educação infantil.

¹ O presente texto corresponde ao Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia e foi produzido como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia

² Alunas do curso de Pedagogia da Faculdade Doctum de Serra-ES

1. INTRODUÇÃO

A educação inicia-se no âmbito familiar, mas é na escola que a criança aprende a socializar-se e ter contato com as mais diversificadas culturas. É nesse momento que a orientação deverá ter como foco o respeito, o reconhecimento e valorização dessas diferenças, pois são durante a educação infantil que as crianças começam a conhecer seu corpo, o oposto às semelhanças entre os colegas do grupo, escolhem com quem brincar se relacionar e tem suas preferências por brinquedos.

Assim é no ambiente escolar que a criança é inserida efetivamente na vida social devendo ser resguardada a dignidade e a igualdade de direitos de cada indivíduo não sendo admitidos quaisquer tipos de preconceito ou discriminação. “A educação é sempre uma ‘aventura’ coletiva partilha: de afetos e sensibilidades, de conhecimentos e saberes, de expectativas e experiências, de atitudes e valores, de sentidos de vida”. (ALVES, 2010, p. 115).

Por isso, é fundamental que o educador trabalhe em sala de aula questões sobre as diferenças em suas mais diversas formas e em especial as relacionadas ao pertencimento racial, uma vez que em nosso país a maior parte da população é afrodescendente, envolvida em problemas complexos que dificultam a construção de identidade positiva. Neste sentido, as práticas pedagógicas devem conduzir os discentes, desde a infância, a uma percepção crítica relacionada à importância das culturas e dos grupos étnicos, desse modo, construindo e fortalecendo o reconhecimento e valorização das diferenças.

A escolha do tema é justificada pela necessidade de compreender a discriminação imposta pela sociedade à comunidade afrodescendente percebido por nós e comumente noticiada pela mídia como nos casos ocorridos e relatados

pelo portal g1³, o primeiro caso ocorreu na Escola Álvaro Vieira da Rocha, em Rio Branco-AC, conforme noticiado à tia da menina Cristina Caetano relata que, ela teria sido chamada de 'preta imunda e suja' por várias vezes, e a direção da unidade teria tratado o caso como “besteira”.

A situação acima ocorrida em uma escola regular de ensino, não é um caso isolado ocorre até em redes superiores de ensino como na UNICAMP⁴ em 2016 onde uma pichação no banheiro tinha as seguintes inscrições “Aqui não é senzala! Tirem os pretos da Unicamp já!”, na universidade MACKENZIE⁵ em 2017 segundo noticiado, dois irmãos negros haviam sido perseguidos e intimidados por seguranças e na UNICARIOCA⁶ em 2018 onde por meio de um blog⁷ um aluno mostrou sua insatisfação na frequência com que negros e mestiços entram na universidade pelo sistema de cotas⁸.

Como se percebe os casos que envolvem racismo acontecem em diversos estados brasileiros, lembrando que os exemplos acima são apenas uma parcela de acontecimentos ocorrem diariamente de forma implícita ou explícita. Nesse sentido, as discussões desse trabalho se darão em torno da seguinte questão: **As situações de discriminação racial entre as crianças na educação infantil são identificadas e contextualizadas a partir de ações pedagógicas?**

Propomos neste trabalho analisar em que medida ocorre à desconstrução da discriminação racial na Educação Infantil, para tal buscamos conhecer como as crianças e os professores se relacionam com a desconstrução da discriminação racial no centro de Educação Infantil, identificar no cotidiano da educação infantil

³ G1 é um portal de notícias brasileiro mantido pelo Grupo Globo e sob orientação da Central Globo de Jornalismo.

⁴ Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) é uma universidade pública do estado de São Paulo, Brasil, considerada uma das melhores universidades do país e da América Latina.

⁵ Universidade Presbiteriana Mackenzie é uma instituição de ensino superior particular, filantrópica e confessional do Brasil.

⁶ O Centro Universitário Carioca é uma instituição privada de ensino superior do Brasil fundada em 1990 e localizada no estado do Rio de Janeiro

⁷ O blog, ou weblog, é uma das ferramentas de comunicação mais populares da internet.

⁸ O sistema de cotas é uma ação do governo brasileiro que consiste na reserva de vagas das universidades públicas para negros, índios, alunos em escolas públicas, entre outros grupos.

situações de discriminações entre as crianças e conhecer as práticas desenvolvidas para construir uma educação antirracista.

Nossa pesquisa se organiza a partir de Schwarcz (1998), Munanga (2005), Santos (2003), Lopes (2005), dentre outros que constam no texto e, se debruçaram no estudo das temáticas relacionadas ao racismo, discriminação racial, educação infantil e infância.

No que se refere ao aspecto legal foi utilizada a Constituição Federal (Brasil, 1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996), as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil (DCNEI, 2009), e o Estatuto da Igualdade Racial e as Leis 10.639-03⁹ e 11.645-08¹⁰.

A pesquisa é de cunho qualitativo e quantitativo, em decorrência da necessidade de compreender alguns conceitos relevantes que foram apresentados. Iniciamos a primeira parte com pesquisa bibliográfica que foi adotada para que houvesse melhor compreensão da temática, com qualidade socialmente referenciada, entendendo que o tema sempre é contemporâneo, principalmente com as crianças.

A análise quantitativa foi realizada com questionários fechados direcionados aos docentes. A aplicação de questionários fechados e padronizados foi uma opção já que as respostas são práticas e objetivas, facilitando também a compilação dos dados. Para Fachin (2003, p.156), o questionário “é um modelo ou documento em que há uma série de questões, cujas respostas devem ser preenchidas pessoalmente pelos informantes”. Os questionários aplicados aos docentes visavam contemplar a visão de cada um com relação à questão do racismo e as

⁹ Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

¹⁰ . Altera a Lei n o 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n o 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena"

leis vigentes que representam, o reconhecimento de sua cidadania e garantia de direitos.

Para ampliar e qualificar as informações obtidas, realizamos entrevistas com a diretora e a pedagoga da escola, porque de acordo com Cervo (1996), a entrevista é uma conversa orientada para um objetivo definido: recolher, por meio do interrogatório do informante, dados para a pesquisa. Conhecemos o Projeto Político Pedagógico da instituição para verificar se aborda a questão étnico-racial e, se prevê ações voltadas para a valorização da cultura afro-brasileira.

Posteriormente à entrevista realizou-se a segunda parte dessa pesquisa onde foi feita uma observação *in loco* com as crianças a fim de verificar o comportamento diante da temática ao serem apresentadas a uma atividade com o livro “O cabelo de Lelê”¹¹. Realizamos uma contação de história para 58 crianças do grupo V, 5 anos. Solicitamos que retratassem a história por meio de desenhos para posteriormente serem feitas as devidas considerações.

Lembrando que, o livro retrata justamente a questão de uma menina negra que descobre sua descendência afro ao questionar a forma do seu cabelo, dessa forma poderia ser feito o confronto das reações das crianças com as ações pedagógicas realizadas pela instituição a fim de constatar a relevância das mesmas no combate ao racismo.

Por fim, analisamos que os profissionais da educação da instituição conhecem as legislações e práticas pedagógicas voltadas para combater a discriminação racial. Desde a formação inicial, estendendo o conhecimento nas qualificações obtidas nas formações continuadas e acesso ao material disponibilizado na mídia. Um dado considerado, pois no momento da contação de história, ficou evidenciado este conhecimento, apenas quatro crianças não conheciam o livro e a maioria pintou a atividade de cor preta, marrom e, não com o famoso lápis cor de pele.

¹¹ Livro da escritora Valéria Belém.

Percebeu-se durante a realização das atividades que algumas crianças se reconheciam na pele de 'Lelê', e se interessavam pelo desfecho da história, enquanto as que não se reconheciam ficaram dispersas durante o evento, mas atentas e como crianças curiosas, deslumbradas com nossa peruca e boneca.

A pesquisa evidenciou que trabalhar a questão da discriminação racial por meio de ações pedagógicas torna o ambiente mais leve e sociável, e que a instituição em estudo leva em consideração esses valores ao implementar desde de seu Projeto Político Pedagógico a obrigatoriedade de se colocar em prática essas ações, com materiais didáticos que contemplam a diversidade étnico-racial na escola.

Percebemos o avanço com relação ao trabalho pedagógico na Educação Infantil, sinalizado pelos professores, que tentam fazer trabalho preventivo antirracista desde o momento que a criança chega à escola, considerando a infância suas especificidades e necessidades, bem como o momento atual da sociedade que divulga na mídia casos de discriminação racial e possíveis punições.

Se havia um silêncio com relação à temática, está sendo rompida, uma questão constatada no momento de pesquisa com as crianças. Elas têm por meio das práticas pedagógicas acesso as produções étnico-raciais que trazem elementos da cultura negra visualizando as emoções, as sensibilidades, a afetividade e o respeito entre todas as crianças.

Podemos inferir que os docentes realizam o esforço de aprender e estão sensibilizados para criar práticas pedagógicas com vista ao combate a discriminação racial, buscando conhecimentos para o trabalho desafiador com relação à discriminação racial.

Esperamos que haja mais momentos de formação tanto inicial quanto continuada e sejam legitimadores de novas ou outras ações que buscam o combate à discriminação racial e o estabelecimento de uma sociedade igualitária, justa e fraterna, onde negros e não negros tenham a garantia de uma educação de qualidade e responsável considerando os desafios da sociedade.

2. RACISMO E DISCRIMINAÇÃO RACIAL

O racismo e a discriminação são duas coisas distintas, enquanto o primeiro é a crença de que uma raça é superior a outras, a discriminação é a ação baseada no racismo, onde o indivíduo recebe um tratamento injusto apenas por pertencer a um diferente grupo, categoria ou classe.

Para Munanga (2005) o racismo consiste no pensamento segregacionista de quem se coloca superior a alguns seres humanos com intenção clara de segregação social.

Ampliando o conceito o autor afirma que:

O racismo é um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes de ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como cor de pele, tipo de cabelo, formato de olho etc. Ele é resultado de crença de que existem raças ou tipos humanos superiores e inferiores, a qual se tenta impor como única e verdadeira. Exemplo disso são as teorias raciais que serviam para justificar a escravidão no século XIX, à exclusão dos negros e a discriminação racial. (MUNANGA; GOMES, 2005, p. 179).

Historicamente as pessoas de cor negra, de raça negra sempre causaram estranhamentos por causa da cor de sua pele tendo seus direitos violados e até a atualidade poucas foram as mudanças favoráveis obtidas relacionadas a essas perdas. Socialmente o negro foi classificado como raça inferior e dado esse motivo teve sua liberdade cerceada e com ela sua dignidade extirpada, na

condição, no Brasil de escravizado. Esse legado de submissão e inferioridade se estende aos seus descendentes e ainda perdura nos dias atuais, onde se percebe cotidianamente os obstáculos encontrados pela comunidade negra em se igualar socialmente as demais raças.

Com a desagregação da ordem servil, que naturalmente antecedeu, como processo, à abolição, foi-se constituindo, pouco a pouco, o “problema negro”, e com ele intensificando-se o preconceito com novo conteúdo. Nesse processo o “preconceito de cor ou de raça” transparece nitidamente na qualidade de representação social que toma arbitrariamente a cor ou outros atributos raciais distinguíveis, reais ou imaginários, como fonte para a seleção de qualidades estereotipáveis. (CARDOSO, 1962, p. 281).

Ser ou ter sido escravizado no Brasil imputou ao negro uma condição de inferioridade, uma situação vivenciada por séculos, desde que foi trazido o primeiro escravizado africano no século XVI. Nesse sentido o sentimento de racismo se perpetuou e se concretizou na sociedade. Os brasileiros aprenderam e aprendem a ser racista no seu próprio ambiente, por meio de exemplos e atitudes que desqualificam o negro.

As pessoas não herdam, geneticamente, ideias de racismo, sentimentos de preconceito e modos de exercitar a discriminação, antes os desenvolvem com seus pares, na família, no trabalho, no grupo religioso, na escola. Da mesma forma, podem aprender a ser ou tornar-se preconceituosos e discriminadores em relação a povos e nações (LOPES, 2005, p. 188).

Conforme Lopes (2005) apesar do Brasil ser um país miscigenado de sociedade multirracial e pluriétnica isso não impede a existência do racismo, de todas as formas, ora de modo velado, ora percebido facilmente.

Confirmando essa ideia Schuwarcz (1998) afirma que, no Brasil, o racismo é mascarado pela falsa ideia de igualdade, e harmonia racial, implantada pela sociedade que se denomina plural, mas que veladamente, no campo privado, não aceita e nem reconhece o outro, algo que foge ao controle até mesmo da regulação da lei.

A discriminação racial é das formas mais frequentes de discriminação, e consiste no ato de diferenciar, excluir e restringir uma pessoa com base na sua raça, cor, ascendência ou etnia. Sendo que temos problemas complexos por causa da discriminação racial: segregação e exclusão social. Ambos têm impactos negativos na sociedade.

Munanga (2005) afirma que a discriminação racial precisa ser urgentemente enfrentada. O tempo passa e séculos de escravidão ainda se faz presentes no nosso cotidiano. A sociedade reconhece apenas um lugar pra os negros: o de serviçal. Estranhamento causa um negro médico, juiz, como se fosse a ele destinado apenas empregos domésticos, dentre outros.

Santos (2003) afirma que a discriminação está dentro de cada um de nós, mas nos recusamos a admitir tal fato, as omissões diante de atos racistas e preconceituosos nos elevam ao nível dos algozes. Ainda segundo ele o racismo ocorre-nos mais diferentes setores da sociedade, sendo ignorados por aqueles que não se sentem atingidos de forma direta.

2.1 DISCRIMINAÇÃO RACIAL NA ATUALIDADE E LEGISLAÇÕES

Em recente pesquisa a ONU¹² constata o que a comunidade negra sente na pele cotidianamente a segregação velada a que são submetidos sendo mascarada pela falsa ideia que o país é miscigenado e por esse motivo não existe quaisquer tipo de racismo ou discriminação, o que não condiz com a realidade.

A população negra é a mais afetada pela desigualdade e pela violência no Brasil. É o que alerta a Organização das Nações Unidas (ONU). No mercado de trabalho, pretos e pardos enfrentam mais dificuldades na progressão da carreira, na igualdade salarial e são mais vulneráveis ao assédio moral, afirma o Ministério Público do Trabalho. <https://www.cartacapital.com.br/sociedade>.

¹² Organização das Nações Unidas

A pesquisa aponta que apesar da população negra ser maioria a sua renda per capita¹³ ainda é bem menor que a comunidade branca.

Segundo o IBGE¹⁴, mais da metade da população brasileira (54%) é de pretos ou pardos, sendo que a cada dez pessoas, três são mulheres negras. Ainda segundo o relatório, 67% dos negros no Brasil estão incluídos na parcela dos que recebem até 1,5 salário mínimo (cerca de R\$1400). Entre os brancos, o índice fica em 45%.
<https://www.cartacapital.com.br/sociedade>.

Dados ainda comprovam que as mulheres negras são as mais atingidas, pois a violência contra elas dá-se desde o recinto do seu lar e se estende por outros núcleos da sociedade.

As mulheres negras também são mais vitimadas pela violência doméstica: 58,68%, de acordo com informações do Ligue 180 - Central de Atendimento à Mulher, de 2015. Elas também são mais atingidas pela violência obstétrica (65,4%) e pela mortalidade materna (53,6%), de acordo com dados do Ministério da Saúde e da Fiocruz.
<https://www.cartacapital.com.br/sociedade>.

Em nosso país questões relacionadas ao racismo, discriminação e seus derivados estão combatidos na legislação para garantir o cumprimento da Declaração dos Direitos Humanos e, no que concerne a igualdade de direitos o inciso XLII, do artigo 5º, da Constituição Federal de 1988 estabelece que: “A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”.

É importante salientar que a Lei 7.716/1989 tem por finalidade punir os crimes decorrentes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

¹³ Renda per capita tem o mesmo significado de renda pessoal, que, em macroeconomia, corresponde à renda total de todos os indivíduos na forma de salários, transferências (a saber: subsídios, aposentadorias, pensões e outros benefícios previdenciários) honorários, alugueis, juros ou lucros, antes do pagamento do imposto de renda e demais tributos pessoais.

¹⁴ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

O Estatuto da Igualdade Racial foi instituído pela Lei nº 12.888/2010 e em seu Art. 1º garante à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

De acordo como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) o Brasil tem uma das legislações mais avançadas do mundo no que diz respeito à proteção da infância e da adolescência. No entanto, é necessário adotar políticas públicas capazes de combater e superar as desigualdades geográficas, sociais e étnicas do País e celebrar a riqueza de sua diversidade.

2.2 RACISMO NA INSTITUIÇÃO ESCOLAR

A base transmitida pela família necessita ser fundamentada em práticas diárias de valores e conceitos que visem formar bons cidadãos. O papel da instituição de ensino é reforçar esses valores que serão consolidados com o conhecimento que será adquirido no tempo que a criança tiver vinculada a mesma, a família tem por obrigação ajudá-la a traçar seus objetivos de vida e a escola a fornecer subsídios para a realização dos mesmos. E em relação a esse conceito Vygotsky adverte que:

A educação recebida, na escola, e na sociedade de um modo geral cumpre um papel primordial na constituição dos sujeitos, a atitude dos pais e suas práticas de criação e educação são aspectos que interferem no desenvolvimento individual e conseqüentemente o comportamento da criança na escola (VYGOTSKY, 1984, p.87).

Para Munanga (2005), é através da educação que as ações de racismo podem ser erradicadas da sociedade e com isso se dará a desconstrução dos mitos de superioridade e inferioridade que a cultura racista interiorizou em alguns grupos humanos.

Em contrapartida Silva (2001) faz um alerta sobre a supervalorização dos valores europeus presentes nos materiais didáticos que em nada privilegiam os afrodescendentes ou demais grupos étnico-raciais:

Os currículos, programas, materiais e rituais pedagógicos privilegiam os valores europeus em detrimento dos valores de outros grupos étnico-raciais presentes na sociedade. Os valores desses grupos são na maioria das vezes, ocultados ou apresentados de uma forma tal que não coloque em conflito os valores dominantes. Em consequência, as populações excluídas, podem vir a privilegiar os valores da história e cultura oficial como os únicos a serem considerados, renegando os seus próprios valores, se o processo pedagógico, o seu cotidiano e sua cultura, não favorecer-lhes oportunidades de reflexão e reelaboração. (SILVA, 2001)

Corroborando com essa questão Munanga (2005), onde afirma ainda, que somados aos profissionais da educação não preparados e sua incapacidade de lidar com as diferenças em sala de aula desestimulam os discentes afrodescendentes causando déficit em seu aprendizado:

Não precisamos ser profetas para compreender que o preconceito inculcado na cabeça do professor e sua incapacidade de lidar profissionalmente com a diversidade, somando-se ao conteúdo preconceituoso dos livros e materiais didáticos e às relações preconceituosas entre alunos de diferentes ascendências étnico-raciais, sociais e outras, desestimulam o aluno negro e prejudicam seu aprendizado (MUNANGA; GOMES, 2005).

As questões relacionadas à educação escolar com vistas ao combate ao racismo e a discriminação racial não tem como objetivo somente as crianças negras, mas estabelecer um ensino que reforce valores, reconhecimento, construção de identidade positiva de todos os sujeitos visando à consolidação de sociedade democrática para todos os sujeitos, todas as cores, raças e etnias. O art. 5º da constituição federal estabelece que:

Art.5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Ainda em seu inciso XLII, o artigo 5º determina que seja passível de punição as práticas de racismo.

Nesse contexto podemos nos referir à LDB 9.394/1996, Art. 26, Inciso 1º (BRASIL, 1996): a finalidade da oferta do novo conteúdo desde a educação infantil até a educação superior é erradicar o racismo nas escolas e lutar por uma sociedade mais igualitária para todos independente de seu pertencimento racial; fazer reparações políticas que valorizem a história, cultura e a identidade da população afrodescendente, bem como uma educação que visa uma educação étnico-racial.

3. EDUCAÇÃO INFANTIL

É na infância que o indivíduo começa a aprender que ele não é singular, mas faz parte de vários núcleos de vivência vivendo e convivendo com outro. Entendemos que as infâncias nos constituem enquanto humanos e que as crianças tem todos os atravessamentos e os pertencimentos de sua existência, sejam eles étnicos raciais, religiosos, culturais, midiáticos sociais econômicos, dentre outros.

Para assegurar os direitos garantidos à criança a LDB¹⁵ 9394/96 estabelece, nos Arts. 29 e 30 os seguintes preceitos para a Educação Infantil: em seu Art.29, ela determina que a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação básica tendo como finalidade o desenvolvimento integral de até 5 (cinco) anos, em todos seus aspectos como ser humano, complementando a ação da família e da comunidade.

O Art. 30. Ainda determina que, a Educação Infantil será oferecida em:

¹⁵ Lei de Diretrizes e Bases.

I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II – pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade.

É importante que se saiba que as DCNEI (2009) possuem propostas pedagógicas organizadas a serem observadas na Educação Infantil, com relação a discriminação racial e que as mesmas estão amparadas por leis e devem ser realizadas conforme orientações descritas em todas as instituições de Educação Infantil.

Essas propostas devem considerar os princípios Éticos, Políticos e Estéticos, que envolvem o exercício da cidadania podendo ser citado: autonomia, responsabilidade, meio ambiente, diferença de culturas, identidades e singularidades, respeito à cidadania, a criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais, dentre outros.

As creches e pré-escolas passaram a ser, reconhecidas, não apenas como um local onde os pais que trabalham deixam as crianças, mas como espaço educacional que atende a criança de 0 a 5 anos, respeitando sua particularidade. Hoje se reconhece que a criança possui capacidades próprias de agir e pensar o mundo sob sua própria ótica.

4. CAMPO DE PESQUISA: CMEI CRIANÇA FELIZ

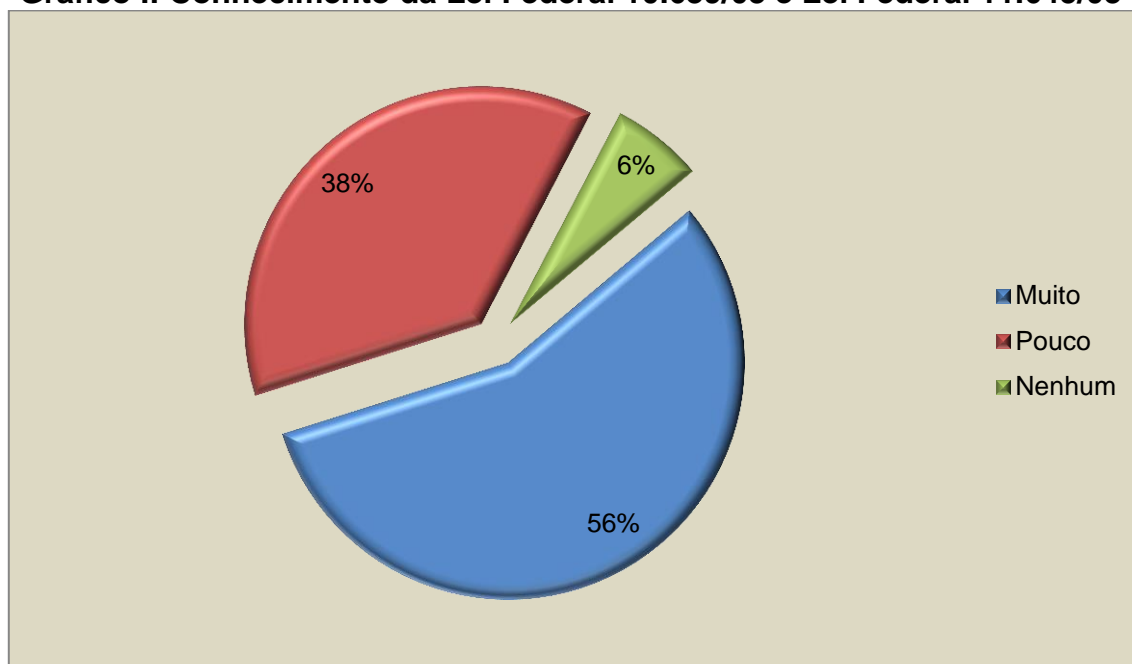
A instituição de ensino pesquisada tem como órgão mantenedor a prefeitura municipal de Serra. O corpo docente é composto por 34 profissionais sendo duas pedagogas, e os demais funcionários se dividem em: um administrativo e nove para serviços gerais.

A maioria dos profissionais possuem formação superior na área de Pedagogia e alguns ainda em formação nessa área. Alguns possuem pós-graduação e outros em formação. Os demais servidores possuem ensino fundamental completo e incompleto. O CMEI¹⁶ Criança Feliz atende a 460 crianças distribuídas igualmente entre os turnos matutino e vespertino. Os sujeitos participantes da pesquisa são também os discentes dos grupos V.

Apresentaremos os dados coletados e as análises que consideramos pertinentes destacar a fim de alcançar os objetivos da pesquisa. **Qual seu conhecimento em relação à Lei Federal 10.639/03 e a Lei Federal 11.645/03?**

O gráfico demonstra que as maiorias das professoras pesquisadas têm conhecimento das leis, sabem de sua importância, e devem ter conteúdo trabalhado, inserindo obrigatoriamente o ensino de História e da Cultura Afro-Brasileira para que a inserção de tal conteúdo promova a valorização da cultura negra no país.

Gráfico I: Conhecimento da Lei Federal 10.639/03 e Lei Federal 11.645/03



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2018.

¹⁶ Centro Municipal de Educação Infantil no Brasil para crianças de 0 a 5 anos (substitui a Creche).

No que diz respeito aos professores que tem pouco ou nenhum conhecimento sobre essa lei, cabe aos órgãos competentes, promoverem a formação continuada desses profissionais conforme CNE/CP Resolução 1/2004 isso irá garantir a implementação efetiva da Lei nas instituições de ensino.

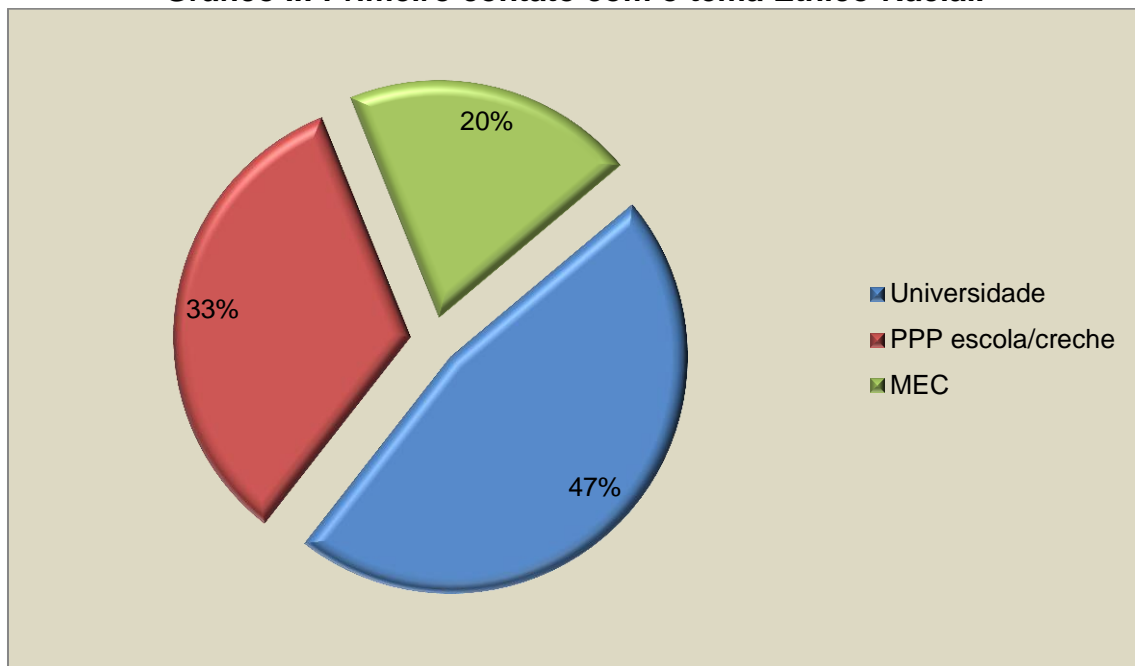
Art. 3º A Educação das Relações Étnico-Raciais e o estudo de História e Cultura Afro-brasileira, e História e Cultura Africana será desenvolvida por meio de conteúdos, competências, atitudes e valores, a serem estabelecidos pelas Instituições de ensino e seus professores, com o apoio e supervisão dos sistemas de ensino, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas, atendidas as indicações, recomendações e diretrizes explicitadas no Parecer CNE/CP 003/2004.

§ 1º Os sistemas de ensino e as entidades mantenedoras incentivarão e criarão condições materiais e financeiras, assim como proverão as escolas, professores e alunos, de material bibliográfico e de outros materiais didáticos necessários para a educação tratada no “caput” deste artigo.

§ 2º As coordenações pedagógicas promoverão o aprofundamento de estudos, para que os professores concebam e desenvolvam unidades de estudos, projetos e programas, abrangendo os diferentes componentes curriculares.

Foi relevante saber o primeiro contato que os docentes tiveram com o tema étnico-racial, como exposto no gráfico II, a esse conteúdo foi feita a seguinte pergunta: **Qual foi o primeiro contato que você teve com o tema étnico racial?** Por conseguinte o que se pode observar é que a maioria teve seu primeiro contato ainda na universidade, isso demonstra a importância de trabalhar essa questão desde os primeiros estágios que os profissionais da educação percorrem até a conclusão de seu curso.

Gráfico II: Primeiro contato com o tema Étnico-Racial.

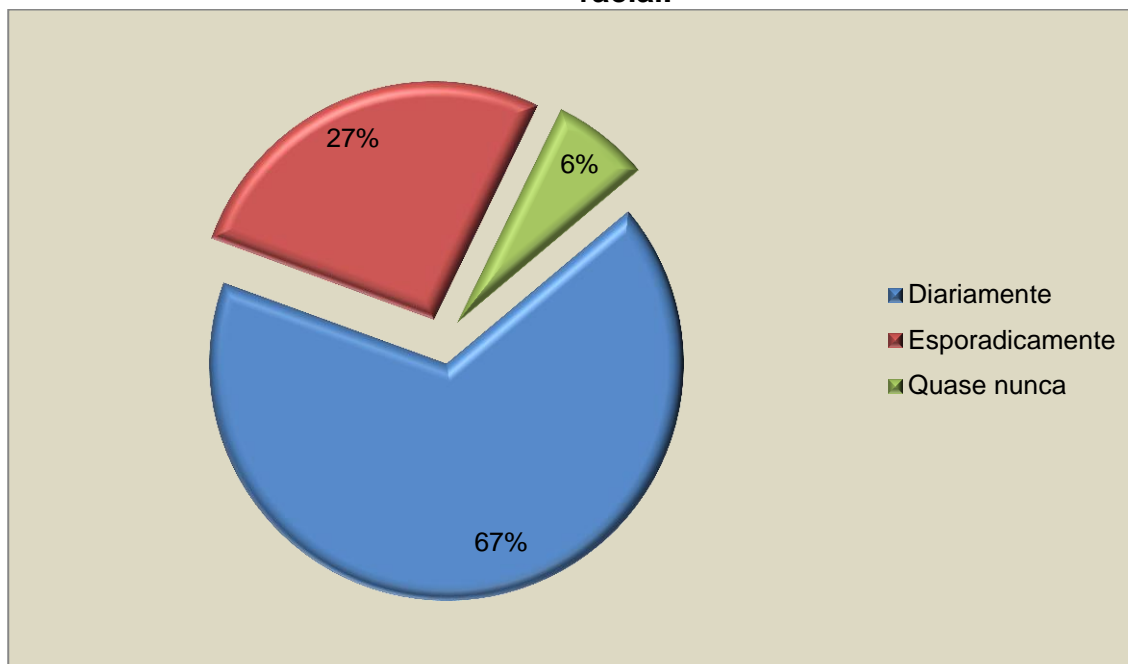


Fonte: Elaborado pelas autoras, 2018.

É importante frisar que esse conhecimento deve estender-se em suas atividades como docentes, garantindo aos discentes um aprendizado mais humano pautado no respeito às diferenças e contribuindo para uma educação étnico-racial.

A próxima questão complementar a anterior perguntava as professoras: **Qual a frequência o racismo é trabalhado em suas aulas?** A grande maioria admitiu que trabalhe diariamente esse tema como forma de persuadir comportamentos racistas na sala de aula, uma vez que acreditam que o racismo é inserido de forma imperceptível na vida das crianças através de brincadeiras aparentemente inofensivas mas que causam constrangimento, e até mesmo de isolamento onde as crianças não brancas são sempre abandonadas na hora da recreação.

Gráfico III: Frequência com que trabalham a questão de discriminação racial.

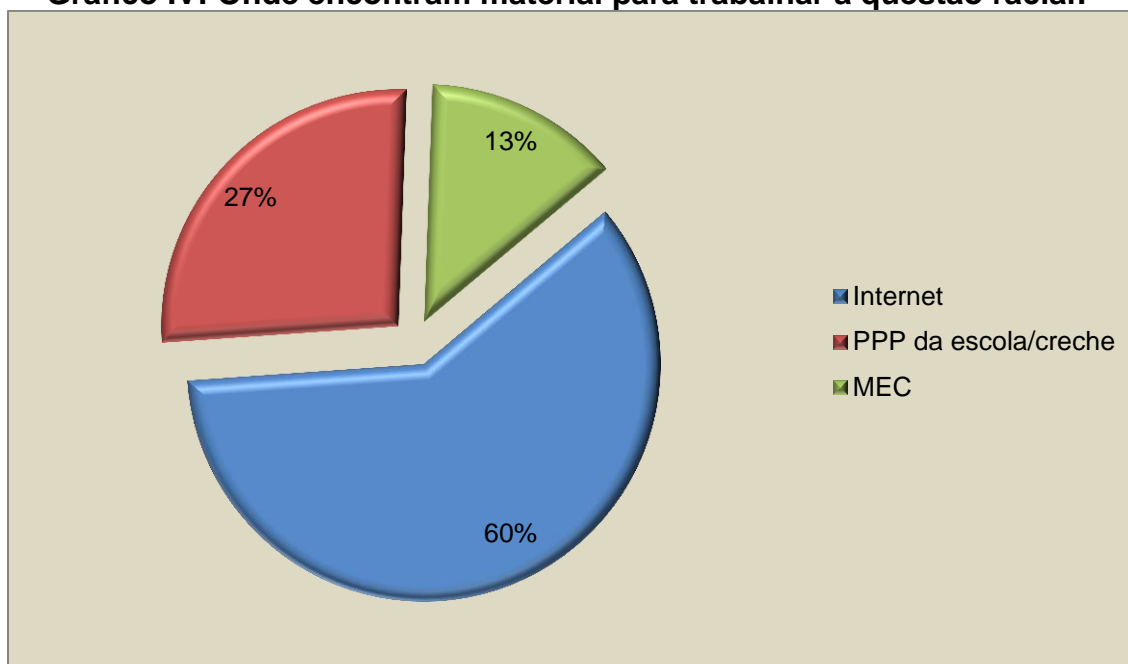


Fonte: Elaborado pelas autoras, 2018

Em contrapartida uma minoria ainda acredita que na educação infantil não existe qualquer forma de racismo e que esse tipo de comportamento está restrito a outros níveis da educação escolar. Há de se pontuar que mesmo se considerando a possibilidade de não haver prática racista na educação infantil, o professor deve se orientar pelo que rege as regras da instituição e das Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), e contribuir para a erradicação dessas práticas presentes ou futuras.

O próximo gráfico trata de onde os profissionais da educação encontram material para trabalhar o racismo em sala de aula, para isso foi feito o seguinte questionamento: **Onde você encontra material para trabalhar a questão étnico-racial em sala de aula?** Percebe-se ao analisar o gráfico que a maior fonte utilizada pelos profissionais é a internet onde segundo eles há um material extenso a ser explorado, e onde também conforme noticiado comumente ocorre ataques ofensivos aos afrodescendentes, fazendo com que o espaço se torna relevante para combater tais crimes, seja de forma preventiva ou punitiva, de acordo com as leis vigentes que favorecem os indivíduos não brancos.

Gráfico IV: Onde encontram material para trabalhar a questão racial:

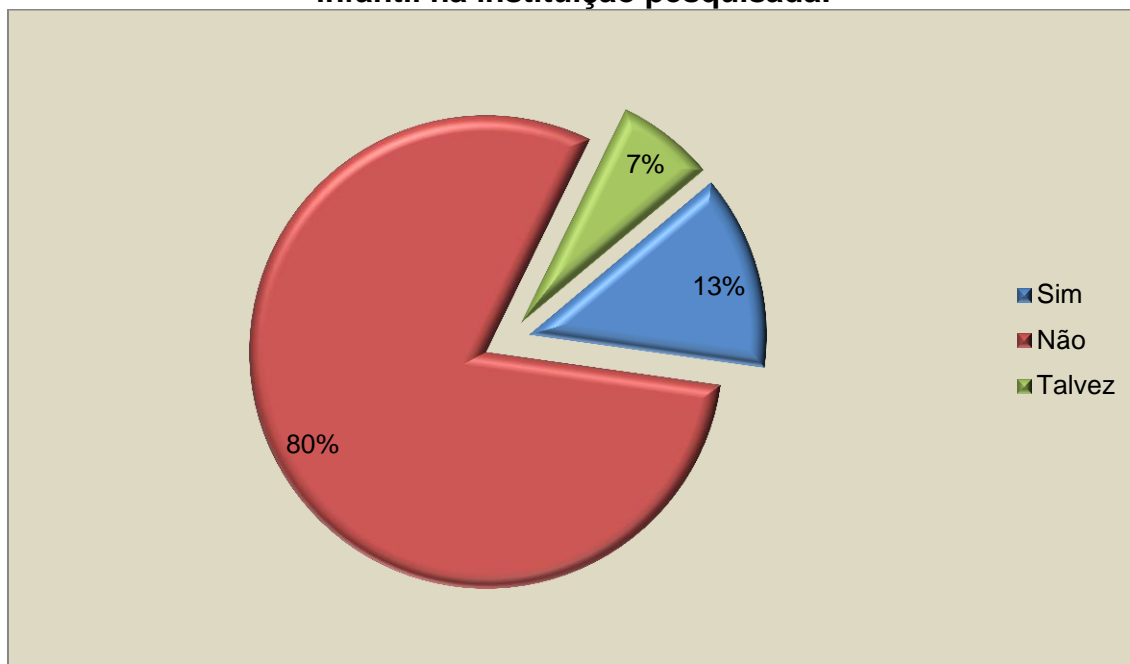


Fonte: Elaborado pelas autoras, 2018

O PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola também contribui para que o professor possa inserir no cotidiano dos alunos as questões voltadas para a erradicação do racismo no ambiente educacional. Dada a importância do Projeto Político Pedagógico à escola realize a sua construção interagindo com a comunidade local para que suas metas sejam atingidas e se concretize seu plano de ação.

O gráfico a seguir retrata a opinião dos professores a respeito da discriminação racial na instituição, para isso foi indagou-se: **Você acha que há possibilidade de ocorrer discriminação racial nessa instituição?** A grande maioria acha improvável que isso ocorra alegando que as práticas pedagógicas da escola pesquisada são de grande valia na prevenção de tal comportamento, e que a partir das mesmas a percepção das crianças em relação às diferenças são positivas.

Gráfico V: Docentes que consideram possíveis casos de discriminação racial infantil na instituição pesquisada:



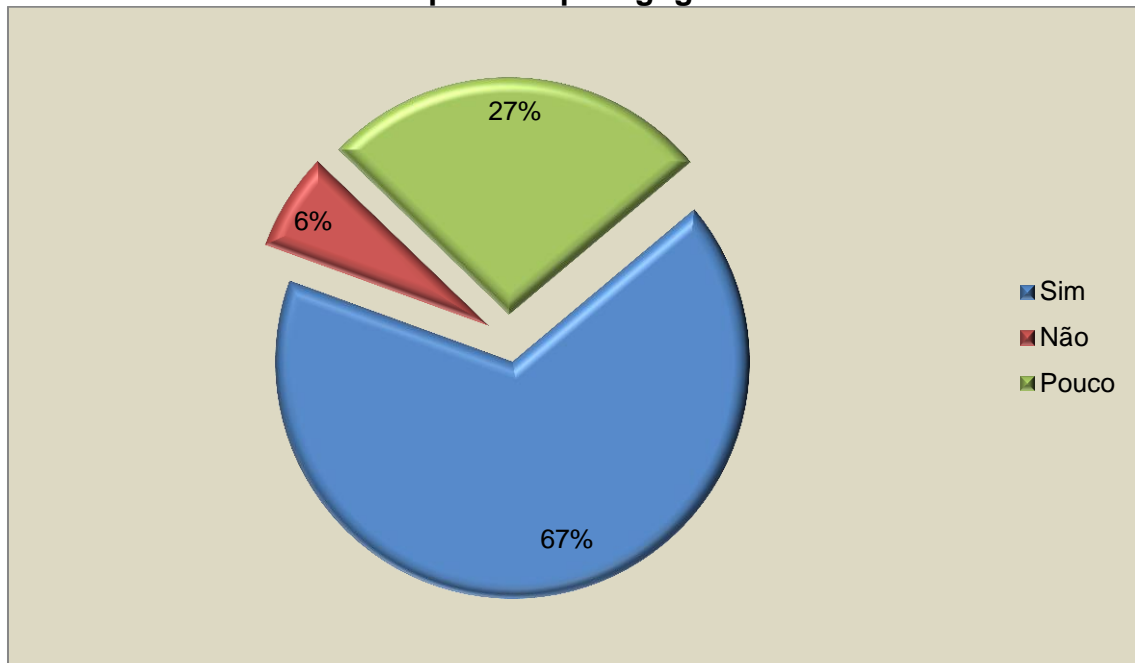
Fonte: Elaborado pelas autoras, 2018

Não foi detectado pelos docentes qualquer indício de racismo entre os alunos enquanto no interior da instituição e que a relação entre os mesmos é envolta de carinho e respeito.

À medida que a pesquisa foi seguindo considerou-se pertinente saber se as ações pedagógicas influenciam no comportamento Infantil conforme observado pelos professores, para isso foi levantada a seguinte questão: **Você percebe se a partir das ações pedagógicas na educação infantil o comportamento inicial das crianças é modificado por razões das mesmas?** De acordo com levantamento feito as maiorias dos profissionais entrevistados consideram que as ações pedagógicas são importantes para que haja mudança no comportamento dos discentes favorecendo a sociabilidade entre os mesmos.

Isso contribui para o desenvolvimento infantil, uma vez que se considera a capacidade das crianças em tratar de forma diferente as pessoas seja por tipo físico, cor ou sexo.

Gráfico VI: Mudanças são percebidas no cotidiano da Educação Infantil a partir de práticas pedagógicas:



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2018

Certamente, as práticas pedagógicas, organizadas e pensadas para as crianças tendem a romper o silêncio e a negação sobre os assuntos considerados distante das crianças. Ou seja, sem práticas pedagógicas que considerem os sujeitos e suas particularidades, estamos concretizando a ideia de sociedade igualitária, sem divisões, sem hierarquizações raciais e sociais.

4.1 O CABELO DE LELÊ

O primeiro dia na escola foi apenas de observação, onde se pode notar que a interação entre as crianças e docentes era boa. No segundo dia foi decidido, após as observações do dia anterior, que o trabalho seria feito de forma que apresentasse às crianças a cultura negra para que se pudesse perceber a reação das mesmas diante desse confronto, o grupo escolhido foi o V para a contação de história “O cabelo de Lelê” de Valeria Belém que trata justamente a questão de

uma menina negra que descobre sua ascendência afro ao questionar a forma do seu cabelo.

Para isso foi reunido pela pedagoga os três grupos V do turno vespertino onde totalizou 58 crianças, a reunião foi realizada no refeitório e o que impressionou foi que desse total de crianças apenas oito tinham tido contato com o livro acima citado por conta de a família trabalhar questões raciais dentro de casa.

Estávamos empolgadas e todos os detalhes haviam sido pensados meticulosamente, a primeira providência foi à caracterização, ambas estávamos com uma camiseta que representava a Lelê. Também havia a peruca que lembrava o cabelo afro e que era citado no livro. Para que as crianças tivessem uma ideia melhor da “Lelê” foi confeccionada uma boneca onde o material usado foi o E.V.A marrom, lã, tecidos, acrílico, canetinha e cola quente, o encanto das crianças era visto a olho nú e isso contribuiu para que realmente incorporássemos o personagem a qual estávamos apresentando as crianças.

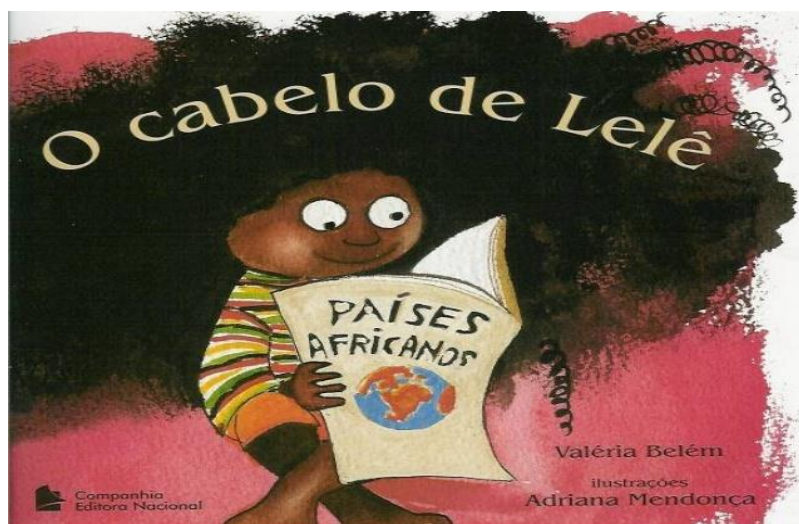
Ficou a cargo de a pedagoga escolher a turma para a realização da atividade proposta, não sabemos qual critério utilizado para tal escolha, mas fomos direcionadas a uma sala onde havia 20 crianças e a docente foi receptiva e simpática o que nos facilitou o trabalho.

Livro, peruca, boneca de pano e disposição fizeram parte de nosso momento com as crianças. Contamos a história com os pequenos atentos a nossa fala. Alguns conheciam o livro, mas ficaram atentos ao desenrolar da história.

Depois da história, fizemos uma atividade que consistia em num papel A4 onde dispunha apenas a base de uma cabeça para que as crianças completassem o corpo e projetassem a forma como se identificam, para isso foi disponibilizado:

lápiz de cor, cola lã, ponta de lápis, arroz e macarrão colorido na cor preta e feijão, a fim de elas completassem o corpo.

Capa do livro utilizado para a contação de história



fonte: <https://pt.slideshare.net/naysataboada/o-cabelo-de-lele>

Boneca confeccionada pelas autoras



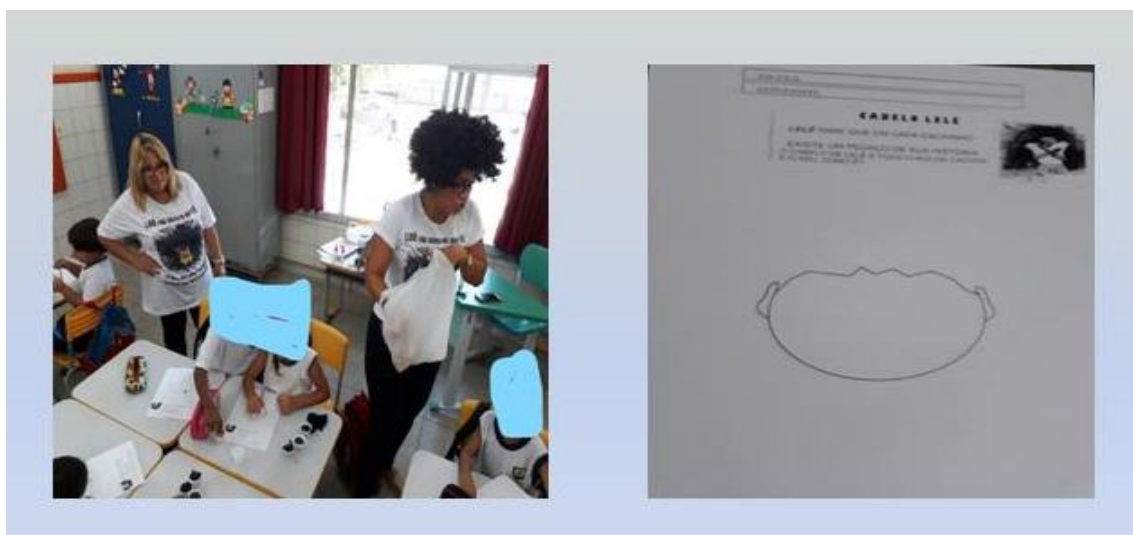
Fonte: Elaborado pelas autoras, 2018

Contação de história



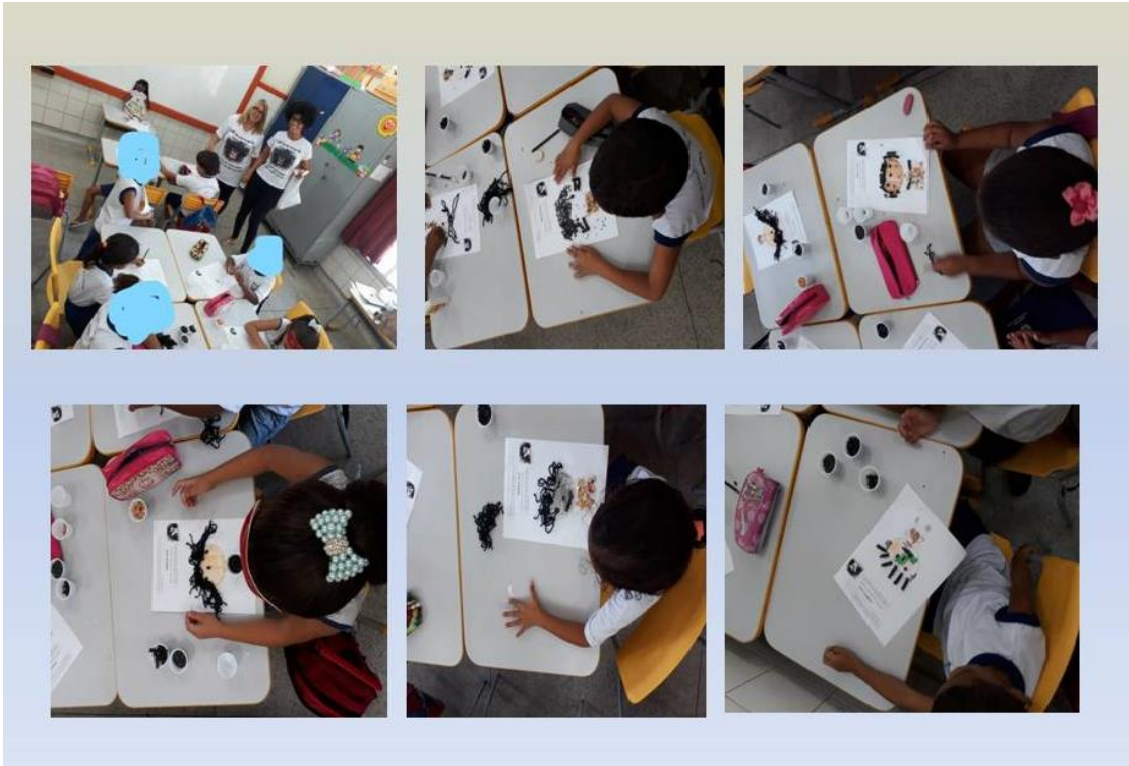
Fonte: Elaborado pelas autoras, 2018

Distribuição das atividades



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2018.

Execução das atividades

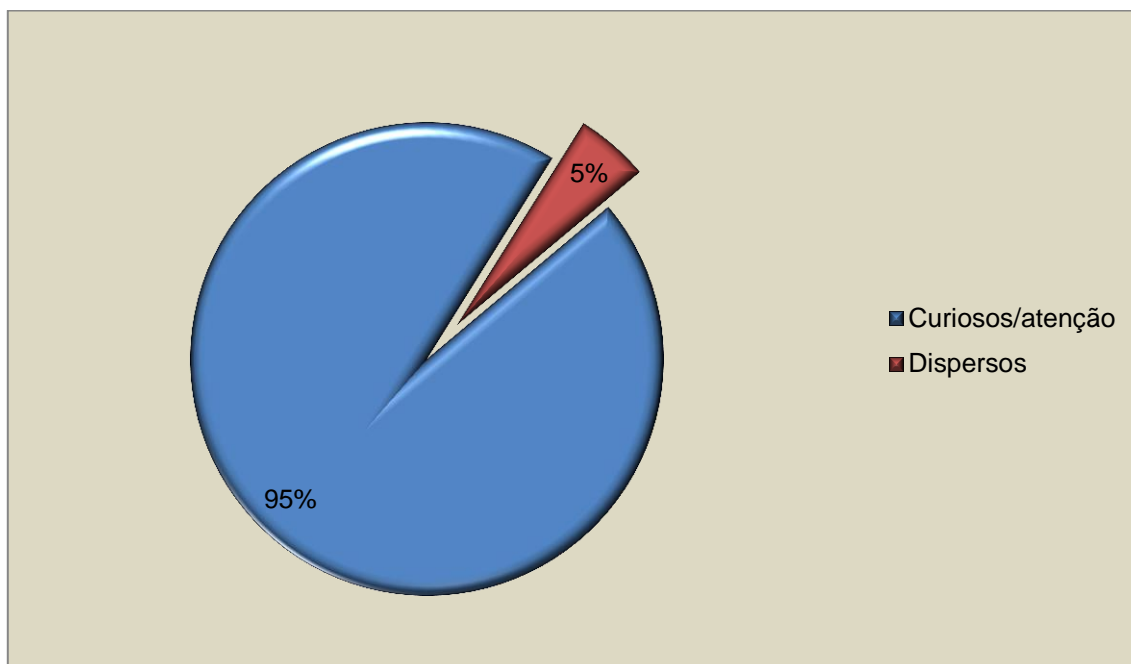


Fonte: Elaborado pelas autoras, 2018

Ao analisar as respostas do gráfico VI onde os professores consideram que as ações pedagógicas contribuem para o desenvolvimento infantil, achou-se por bem examinar o comportamento das crianças na pesquisa feita *in loco* anteriormente.

Dado o seguinte questionamento: **Qual seria a reação das crianças ao serem apresentadas a uma história que aborda o tema étnico-racial?** O gráfico a seguir demonstra justamente o que foi percebido pelos entrevistadores, às crianças se mostraram em sua maioria muito interessadas no desenvolvimento da atividade que tratava da questão sobre racismo, a interação entre elas foi considerada extremamente satisfatória e demonstrou que especificamente nessa sala não foi constatado qualquer tipo de comportamento que remete a cultura racista impregnada em nossa sociedade.

Gráfico VII: Reação das crianças ao ser apresentadas a história “O cabelo de Lelê” leitura que aborda a questão étnico-racial.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2018.

Para os pesquisadores que se caracterizaram para tal evento foi de suma importância a realização desse trabalho junto as crianças para realmente averiguar a possibilidade ou não de comportamentos aversivos a cultura negra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou que trabalhar a questão da discriminação racial por meio de ações pedagógicas torna o ambiente mais leve e sociável, e que a instituição em estudo leva em consideração esses valores ao implementar desde de seu Projeto Político Pedagógico a obrigatoriedade de se colocar em prática essas ações, com materiais didáticos que contemplam a diversidade étnico-racial na escola.

Após análise dos dados da pesquisa conclui-se a desconstrução da discriminação racial inicia-se desde o primeiro contato do discente na instituição educacional em que ele está inserido e perfaz todo percurso de vida do mesmo, é nesse ambiente

que ele aprende senão a totalidade, mas boa parte dos usos e costumes desse núcleo e seu meio, moldando assim o caráter e inserindo os valores sociais e morais necessários para que ele transite em quaisquer esferas da sociedade, seja branco, negro, indígena, amarelo ou outro. .

Percebemos o avanço com relação ao trabalho pedagógico na Educação Infantil, sinalizado pelos professores, que tentam fazer trabalho preventivo antirracista desde o momento que a criança chega a escola, considerando a infância suas especificidades e necessidades, bem como o momento atual da sociedade que divulga na mídia casos de discriminação racial e possíveis punições, ou seja, os profissionais da escola conseguem por meio dos seus conhecimentos identificar ações de discriminação racial entre as crianças.

Se havia um silêncio com relação à temática, está sendo rompida, uma questão constatada no momento de pesquisa com as crianças. Elas têm por meio das práticas pedagógicas acesso as produções étnico-raciais que trazem elementos da cultura negra visualizando as emoções, as sensibilidades, a afetividade e o respeito entre todas as crianças.

Podemos inferir que os docentes realizam o esforço de aprender e estão sensibilizados para criar práticas pedagógicas com vista ao combate a discriminação racial, buscando conhecimentos para o trabalho desafiador com relação à discriminação racial.

Esperamos que haja mais momentos de formação tanto inicial quanto continuada e sejam legitimadores de novas ou outras ações que buscam o combate à discriminação racial e o estabelecimento de uma sociedade igualitária, justa e fraterna, onde negros e não negros tenham a garantia de uma educação de qualidade e responsável considerando os desafios da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Rubem, **A escola com que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir**. 12. ed. São Paulo, 2010, Papyrus.

BRASIL. **Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental**. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica**. — Brasília : MEC, SEB, 2010.

CARDOSO, F. H. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962.

CERVO, Amado Luiz. **Metodologia científica: para uso dos estudos universitários**.v.1, São Paulo, 1996.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. .

LOPES, Vera Neusa. **Racismo, Preconceito e Discriminação**. In: Superando o racismo na escola. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetizada e Diversidade. 2005.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **Para entender o negro no Brasil de hoje: História, realidades, problemas e caminhos**. São Paulo: Global e Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação, 2005.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica: projetos, de pesquisa, TGI, TCC, monografia, dissertação e teses**. 1. ed. São Paulo: Thomson, 1999.

ROCHA, Eloisa A. C. **Educação e infância: trajetórias de pesquisa e implicações pedagógicas**.In: ROCHA, Eloisa, A. C.; KRAMER, Sônia (Orgs.). Educação infantil: enfoques em diálogo. Campinas: Papyrus, 1999.

SANTOS, Renato Emerson dos (Orgs.) **Ações Afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SCHWARCZ, L. K. M.. **Nem Preto, Nem Branco Muito Pelo Contrário: Cor e Raça Na Intimidade Brasileira**. In: Lilia Katri Moritz Schwarcz. (Org.). *Historia da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v., p. 174-243.

VYGOTSKY L.SA. **Formação social da mente** São Paulo: Martins Fontes, 1984.

PESQUISA WEBGRÁFICA

BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11283-educa-infantis-conceituais&Itemid=30192>. Acesso em: 23/06/2018.

BRASIL. Ministério da Educação e Da Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em 23/06/2018 .

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm> . Acesso em 01/04/2018.

ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL. Disponível em :<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm>. Acesso em 23/06/2018.

GLOBO.com. **Casos de racismo em universidades**: disponível em <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/casos-de-racismo-em-universidades-22476125>>. Acesso em 24/06/2018.

OLIVEIRA, Tony. **Seis estatísticas que mostram o abismo racial no Brasil**. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/seis-estatisticas-que-mostram-o-abismo-racial-no-brasil>>, Acesso em 10/05/2018.

RODRIGUES, Ryá. Menina sofre racismo em escola do AC e não quer mais ir à aula, diz tia <<http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2015/11/menina-sofre-racismo-em-escola-do-ac-e-nao-quer-mais-ir-aula-diz-tia.html>>. Acesso em 24/06/2018.

ABSTRACT

The racist culture present in society covertly cause irreversible losses to the black population, both with respect to subjective question as the material, since the opportunities are not alike when confronted with black noes. The aim of this work is to research on a CMEI the city of Serra-ES, on how is the deconstruction of racism in kindergarten when that appears in the environment, justified by the need to encourage from childhood respect to these differences in multicore which it is inserted. The approach is qualitative and quantitative descriptive and exploratory, through questionnaires and an observation work directed to the proper object of this research, as well as an interview with the management of the institution under study. It was examined at the end of the research work on the issue of racism through educational activities makes the lighter atmosphere and sociable, and that the institution study takes into account these values to implement in your PPP the obligation to put into practice these actions not found any form of behavior to indicate the existence of racism within the same, which makes an anti-racist preventive work from the time the child enters the room.

Key words: Racism, School, Children's Education.